

Superior Tribunal de Justiça

QUESTÃO DE ORDEM Nº 2, DE 8 DE OUTUBRO DE 2019

ProAfR no RECURSO ESPECIAL Nº 1.775.394 - MT (2018/0281877-8)

RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO
RECORRENTE : UNIMED CUIABÁ COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO
ADVOGADOS : JOSÉ EDUARDO POLISEL GONÇALVES E OUTRO(S) - MT012009
JACKSON FRANCISCO COLETA COUTINHO - MT009172B
JOSÉ JOÃO VITALIANO COELHO - MT018440
ROSILENE MARCELO - MT008886
RECORRIDO : JUAREZ PINHEIRO DE AZEVEDO JUNIOR
ADVOGADO : JOAO AUGUSTO ANDRE E OUTRO(S) - MT017261

QUESTÃO DE ORDEM

O EXMO. SENHOR MINISTRO MOURA RIBEIRO:

Cuida-se de proposta de afetação de recurso especial para julgamento sob o rito dos repetitivos com fundamento nos arts. 1.036 a 1.041, todos do NCPC, e 256-I do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, com a redação que lhe foi dada pela Emenda 24, de 28/9/2016, publicada no DJe de 14/10/2016.

A questão jurídica a ser dirimida cinge-se em definir se as **operadoras de plano de saúde estão ou não obrigadas a custear tratamento médico não contido no rol da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.**

Esta eg. Segunda Seção, durante o período de votação, mostrou-se dividida quanto a própria afetação do tema, bem assim quanto a delimitação da proposição.

Nesse contexto, **3 Ministros** não concordaram com a afetação; **3 Ministros** concordaram com a afetação, nos termos em que por mim proposta; e, **3 Ministros** acompanharam a em. Ministra NANCY ANDRIGHI em sua manifestação (pela afetação, com várias alterações).

Superior Tribunal de Justiça

Desse modo, a certidão de julgamento ficou assim redigida:

Certifico que a egrégia SEGUNDA SEÇÃO, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão virtual com término nesta data, proferiu a seguinte decisão:

A Segunda Seção, por maioria, acolheu a proposta de afetação ao rito dos recursos repetitivos, nos termos sugeridos pelo Sr. Ministro Relator, vencidos os Srs. Ministros Maria Isabel Gallotti, Villas Bôas Cueva e Raul Araújo, que votaram pela não afetação.

Quanto à suspensão, a Seção, por maioria, decidiu não suspender os processos pendentes que versem sobre a mesma questão jurídica, vencida a Sra. Ministra Nancy Andrighi.

Quanto à delimitação da tese, sua definição será levada à deliberação do colegiado em sessão presencial.

Votaram com o Sr. Ministro Relator, pela afetação, os Srs. Ministros Luis Felipe Salomão, Antonio Carlos Ferreira, Marco Buzzi, Marco Aurélio Bellizze e Nancy Andrighi.

Votaram com o Sr. Ministro Relator, pela não suspensão, os Srs. Ministros Luis Felipe Salomão, Antonio Carlos Ferreira, Marco Buzzi e Marco Aurélio Bellizze.

Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Paulo de Tarso Sanseverino.

Por esse motivo, visando finalizar a apuração, apresento a presente Questão de Ordem para levar aos pares minha proposta de **não afetação**.

Isso porque, no caso, após melhor reflexão quanto ao tema, especialmente em atenção a manifesta ausência de *quorum* qualificado – apenas **3 Ministros** concordaram com a minha proposta e, por igual, somente **3 Ministros** acompanharam a em. Ministra NANCY ANDRIGHI em sua manifestação, que me acompanhou com algumas alterações –, tenho que o presente recurso especial não está devidamente qualificado para representar a controvérsia.

Nessas condições, por não existir sequer a concordância da maioria simples dos em. Ministros desta Eg. Segunda Seção, proponho a **não afetação** deste

Superior Tribunal de Justiça

recurso especial como representativo da controvérsia.

É como voto.

